



Observatório de Política Exterior do Brasil

– Informe de Política Externa Brasileira – Março – 2010

O Observatório de Política Externa Brasileira (OPEB) é um projeto de informação temático executado pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), do Centro de Estudos Latino-americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), *campus* de Franca.

Em seu Informe mensal, o Observatório de Política Externa Brasileira destina-se a analisar a cobertura dada pelas revistas semanais *Veja*, *Carta Capital*, pelo periódico mensal *Le Monde Diplomatique Brasil* e pelos jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, mais especificamente seus editoriais. Partindo-se do princípio de que esses veículos são formadores de opinião pública e representantes de posicionamentos político-ideológicos distintos, justifica-se verificar qual a visão que divulgam a respeito das ações do governo brasileiro no que tange a sua política externa. A metodologia utilizada para a realização dessa análise será a leitura minuciosa das reportagens e posterior cotejamento das mesmas a fim de se identificar as diferentes percepções dessa política de Estado. Em um segundo momento, uma breve análise da conduta brasileira no âmbito internacional será feita à luz das Relações Internacionais.

Em 2009, o OPEB ganhou prêmio de melhor projeto de extensão na área das Humanidades no V Congresso de Extensão Universitária da UNESP.

Equipe de redação e revisão:

Coordenação: Profa. Dra. Suzeley Kalil Mathias;
Mestrandos em História (UNESP, Franca): Tiago Pedro Vales (bolsista FAPESP); Adriana Suzart de Pádua;

Graduandos em Relações Internacionais: Bruna Hunger Ribeiro (bolsista CNPq), Celeste de Arantes Lazzerini (Bolsista PAE-Santander), Fernanda Nascimento Marcondes Machado.



Observatório de Política Exterior do Brasil

As atenções dos periódicos analisados voltaram-se, no mês de março, para dois eixos temáticos principais: a relação do Brasil com países do Oriente Médio, cujo ponto alto, foi a tentativa de mediação do conflito entre Israel e Palestina e a integração sul-americana.

A visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi interpretada de maneiras opostas pelas revistas *Veja* e *Carta Capital*. A primeira demonstrou claramente sua oposição à política implementada pelo atual presidente da República, em todos os aspectos e dimensões desta. A crítica à agenda do presidente a classifica como equivocada e fracassada. Ao que parece, Lula tentou aproveitar outras experiências bem sucedidas onde freqüentemente fora apresentado como portador da paz, como ele mesmo se definiu ao afirmar que trazia com ele o vírus da paz. No entanto, no Oriente Médio, os esforços do mandatário pareceram insuficientes, mostrando que a contenda neste local é algo mais complexo e que exige melhor preparo e cautela diplomática.

É neste ponto que a revista tece sua crítica. Ao fazê-la, indica que os aspectos que mais contribuíram para o fracasso da viagem foram a falta de equilíbrio na agenda de atividades do presidente, que demonstrou maior aproximação à causa palestina, desagradando, assim, o lado judaico, e a tentativa de aproximar o Irã das negociações, fato rejeitado por ambos os lados do conflito.

Ao final do relato, a revista indica, ainda que indiretamente, que a visita de representantes políticos brasileiros ao Oriente Médio, no que se refere especificamente do conflito histórico, é algo acima da capacidade e relevância política do Brasil no sistema internacional, principalmente quando existem grandes potências, como os Estados Unidos, envolvidas há muito mais tempo.

De fato, para além das críticas ideológicas que vêm sendo feitas pela revista, claramente oposicionista ao atual governo, a viagem do presidente e assessores ao Oriente Médio e seus poucos e indesejados resultados revela uma falha na formulação e condução das agendas e discursos. A preferência brasileira pela causa palestina, como pareceu ter sido demonstrada, juntamente com a sugestão de trazer o Irã às negociações de paz entre Israel e



Observatório de Política Exterior do Brasil

Palestina põe em questionamento a neutralidade brasileira, abrindo um precedente para críticas por parte da comunidade internacional, classificando a ação brasileira como uma tentativa de interferir em questões internas de outros países.

De outro lado, a revista *Carta Capital* defendeu a visita do presidente à região, e lembrou que nenhum chefe de Estado brasileiro havia marcado presença na antiga terra de Canaã desde o imperador Pedro II. Lula também foi o primeiro chefe de Estado estrangeiro a pernoitar no território palestino.

Em sua visita, o presidente condenou o terrorismo, defendeu a existência de Israel, condenou a negação do Holocausto por Ahmadinejad, mas também defendeu o direito do Irã a um programa nuclear e o direito dos palestinos a um Estado soberano viável. Além disso, ele criticou a colonização israelense de Jerusalém Oriental, e pediu a eliminação das armas nucleares do Oriente Médio. Durante sua passagem, Lula também participou da inauguração da rua Brasil em Ramallah (onde está a sede da Autoridade Palestina), homenageou os túmulos de Yitzhak Rabin e Yasser Arafat, assim como as vítimas do Holocausto.

Segundo a revista, o presidente brasileiro não se deixou intimidar pelos seus anfitriões e levou a mensagem que ele próprio, Lula, e o sistema internacional consideram importante aos seus interlocutores tanto em Israel, quanto na Palestina e no Irã, fazendo o papel de ponte. Tal atitude, formulada pelo Itamaraty contribui para a projeção internacional do Brasil, aumenta seu peso geopolítico e o revela como jogador global importante.

Ainda em relação à viagem da comitiva brasileira ao Oriente Médio, a revista traz a visita que o Ministro de Ciência e Tecnologia, Sergio Rezende, fez ao Irã no início do mês de março, em busca de uma parceria na fabricação de radiofármacos (medicamentos que contêm elementos radioativos usados no tratamento do câncer). Tal parceria é importante, pois quebra a dependência do Brasil em relação ao Canadá, país de quem atualmente, importa esses medicamentos. Além disso, há interesse do Brasil nas áreas de energia



Observatório de Política Exterior do Brasil

nuclear, radioterapia e medicamentos que auxiliam no combate à AIDS, já que o Irã conseguiu grandes avanços nesse sentido.

O segundo eixo temático trata da integração regional sul-americana e é foco de atenção de dois editoriais do jornal *O Estado de S. Paulo* e do periódico mensal *Le Monde Diplomatique Brasil*. O primeiro fato marcante tratado em um dos editoriais é a retomada das negociações entre Mercosul e União Europeia para estabelecer um acordo de livre comércio paralisado em 2004, devido a posicionamentos protecionistas de ambos os lados e por desacordo dentro do Mercosul entre Brasil e Argentina em relação às concessões feitas pelos brasileiros ao bloco europeu.

Os dois blocos optaram por flexibilizar suas ofertas objetivando a finalização das negociações até o fim de 2010. De um lado, o Mercosul propõe reduzir os prazos para abertura do mercado de produtos industriais, e do outro, o bloco europeu passaria de 14 para 3 os produtos agrícolas com importações limitadas por cotas. Além disso, Mercosul e União Europeia eliminariam os impostos cobrados sobre vários produtos agrícolas processados.

Ainda sobre o Mercosul, Brasil e Argentina buscam estabelecer parceria para aumentar a presença de produtos brasileiros e argentinos mais elaborados no mercado chinês. Atualmente, os países sul-americanos exportam para a potência oriental apenas produtos básicos, como mercadorias agrícolas e minérios. Apesar da busca conjunta pelo novo parceiro comercial, Brasil e Argentina, no âmbito do Mercosul, não conseguem eliminar as barreiras comerciais que viabilizariam o comércio intra-bloco.

Os dois editoriais fazem críticas à conduta protecionista e ao mesmo tempo complacente do Brasil dentro do Mercosul. Ambas as condutas dificultam a integração regional sul-americana bem como a projeção do bloco internacionalmente, pois atrasam a obtenção de resultados positivos durante as negociações.

O governo brasileiro parece ainda não ter encontrado um ponto de equilíbrio entre fazer concessões pragmáticas que viabilizem o funcionamento do Mercosul enquanto bloco econômico regional que proporcione vantagens



Observatório de Política Exterior do Brasil

comuns a seus associados, e aquelas das quais se utiliza, quase que paternalmente, para manter a liderança regional. Se por um lado isso surte algum efeito entre os seus vizinhos, é preciso entender que negociações com blocos maiores e mais antigos como a União Europeia ou mesmo potências emergentes de grande apelo econômico como a China pedem um comportamento mais objetivo e “profissional”.

Um último editorial do *O Estado de S. Paulo* critica a insistência brasileira em apoiar o programa nuclear iraniano e condenar nova rodada de sanções a serem impostas a esse país pelos Estados Unidos e União Europeia por meio do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU). O jornal caracteriza a atitude brasileira como anacrônica visto que atores como Estados Unidos mostram-se dispostos a “abrandar o seu projeto - cuja versão original falava em cortar o acesso do Irã aos mercados financeiros globais e fechar o espaço aéreo internacional a voos iranianos de carga - para obter a adesão da Rússia e da China a algum tipo de sanção. O outro movimento, menos perceptível, é a tendência chinesa a finalmente admitir o princípio da punição ao Irã para levá-lo a desistir da ambição de se tornar uma potência atômica, desde que os castigos a serem infligidos não prejudiquem a economia do país”.

O comportamento brasileiro, tão criticado pela imprensa, de não adesão às sanções impostas ao Irã pelos principais atores da sociedade internacional justifica-se porque ele mesmo, o Brasil, quer ter o direito de manter e levar adiante seu programa nuclear, sem sofrer ingerência de outros países e a fiscalização da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). Caso o governo brasileiro apóie as sanções à Teerã, além de perder um parceiro estratégico com quem pode efetuar troca de tecnologia em diversas áreas, como a de medicamentos, visto acima, ainda abre precedentes para que sofra fiscalizações e sanções no futuro.

A edição de março do *Le Monde Diplomatique Brasil* dedica duas matérias à análise dos rumos do processo de Integração sul-americana. Considerando que a crise financeira e econômica internacional representa uma



Observatório de Política Exterior do Brasil

tensão no próprio sistema capitalista, ambas as visões direcionam-se para entrever neste momento a oportunidade e a necessidade de construção de um projeto de desenvolvimento econômico de integração como alternativa à estagnação econômica que se apresenta. Isto se deveria ao movimento de reconfiguração geopolítica regional que – verificado pela análise do processo de mudança boliviano em voga e identificação de seus traços comuns com outros processos de mudança, bem como pela constatação de que diversos resultados eleitorais da região direcionam-se no mesmo sentido de “governos progressistas ou de esquerda” –, prometeria uma nova estratégia conservadora de integração regional para fazer frente às iniciativas anteriores neste novo contexto. Ademais, ao citar a promoção do Seminário sobre a Integração da América do Sul pelo Centro Internacional Celso Furtado em setembro de 2009, constata-se uma mobilização em torno do potencial econômico da América do Sul, no âmbito de um projeto de integração regional que privilegie, inicialmente, a expansão dos mercados de produtos e serviços próprios, constituindo uma base firme para um projeto integrado de melhoria das condições de vida de seus povos. Neste sentido, mesmo que considere ainda haver obstáculos importantes, como a da combinação narcotráfico-guerrilha, argumenta-se que é necessária a cooperação e que, diante dessas circunstâncias políticas favoráveis e do processo de formulação de uma estratégia de integração social e produtiva no Brasil e em outros países sul-americanos, se deve priorizar para o alcance deste objetivo a definição de interesses comuns entre as maiorias nacionais e regionais, sem pretensões de unicidade ideológica.

Ao analisar a questão das negociações sigilosas do Acordo Comercial Anti-pirataria (Acta), o jornal expõe o posicionamento de resistência por parte de países “como Argentina, Brasil, Índia e China” a acordos deste gênero, que ameaçam a democratização da cultura, educação e comunicação internacionais, julgados de se ajustarem às necessidade dos países do Norte.

Por fim, no encarte intitulado de “Dossiê Haiti”, do Caderno de Estudos Latino-Americanos, que analisa o impacto do terremoto ocorrido em 12 de janeiro de 2010, sob uma perspectiva histórica de exploração, abandono e



Observatório de Política Exterior do Brasil

racismo, há duas referências ao Brasil. Uma delas indireta, ao criticar a atuação da Missão das Nações Unidas para estabilização no Haiti (MINUSTAH), da qual o Brasil faz parte, e de outras organizações internacionais como ineficientes e algumas vezes omissas. E outra diretamente, referindo-se à importância do Haiti para a política interna de três países, entre eles o Brasil, ao citar que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva utiliza este relacionamento como reforço de sua política externa e aos vínculos culturais e afro-americanos que unem os países.

A partir da análise dos jornais e revistas citados acima, nota-se que, no mês de Março, a política externa brasileira voltou suas atenções para uma tentativa de mediação de conflitos no Oriente Médio, além de um interesse de cooperação com o Irã, tendo em vista ganhos tecnológicos na produção de medicamentos.

Houve também avanços no âmbito do Mercosul no que se refere às negociações de abertura comercial com a União Europeia. Ainda dentro do bloco, o Brasil, juntamente com a Argentina, tenta expandir as mercadorias exportadas à China. Em contrapartida, uma postura protecionista do Brasil no MERCOSUL atrasa a integração regional sul-americana.